O RESGATE DE UMA HISTÓRIA

SEBASTIÃO HELVÉCIO ROSENBERG (*)

A Segunda Guerra estava no fim e o mundo buscava uma nova ordem política, econômica e social. No Brasil, o fim do Estado Novo e da ditadura de Vargas agitava os meios políticos. Os brasileiros queriam eleger seus representantes e apagar os vestígios da ilegalidade partidária. Nessa época de reconstrução, a Justiça Eleitoral foi reimplantada no Brasil e, com ela, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Oito anos antes, a Justiça Eleitoral havia sofrido um duro golpe da ditadura. Instituídos em 24.2.32, pelo Decreto nº 21.076, os Tribunais Eleitorais passaram a existir, no texto Constitucional, em 1934, mas duraram pouco, tendo sido extintos em 1937, com o início do Estado Novo.

Passado esse período, entretanto, no dia 14.6.45, em uma residência particular adaptada a um órgão público, instalou-se em Belo Horizonte o TRE mineiro, na Rua Bernardo Guimarães, nº 1.468. Na sala de jantar, convertida em Sala de Sessões, foi realizada a primeira reunião e redigida a primeira ata, assinada pelo Desembargador Leovigildo Leal da Paixão, o primeiro Presidente do novo Tribunal, e pelos Juízes José Alcides Pereira, Aprígio Ribeiro de Oliveira, Arnaldo Orláudo Teixeira de Moura, Jair Lins e Eduardo de Menezes Filho e testemunhada pelos funcionários Augusto Gomes Freire, Secretário da Sessão e primeiro Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal, e Waldir Assis, Secretário Adjunto.

Entre adaptações e surpresas, os funcionários do Tribunal encontraram, no porão da nova sede, antigos documentos do Partido Integralista Brasileiro - PIB -, que, perseguido durante a vigência do Estado Novo, disputou as primeiras eleições sob a sigla do - Partido da Representação Popular - PRP -. Simbolicamente, a Justiça Eleitoral passava a ocupar um espaço antes destinado à ilegalidade política.

A reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais foi um acontecimento de grande repercussão social e política. O Brigadeiro Eduardo Gomes disputava a Presidência com Eurico Gaspar Dutra, mas muita gente não acreditava que houvesse eleições. Os primeiros funcionários, requisitados de outros órgãos públicos, cadastraram, em apenas cinco meses (de junho a novembro de 1945), o colégio eleitoral do Estado, apesar de limitados, em função dos poucos recursos; assim, a improvisação dava o tom dos primeiros trabalhos eleitorais. Para compensar a falta de dinheiro e de mão-de-obra, o Tribunal convocava policiais e bombeiros militares para ajudar no empacotamento e

transporte dos materiais que seriam distribuídos às Zonas Eleitorais.

Os primeiros tempos do novo TREMG foram árduos. Além de contar com poucos funcionários, as comunicações eram precárias. Havia apenas o telefone e o telégrafo, que muitas vezes, porém, deixavam a desejar. Regidos pelo Decreto-Lei nº 7.586, de 28.5.45, responsável pela reinstalação da Justiça Eleitoral no País, os funcionários dispunham de pouca verba para as eleições que se aproximavam. Para apressar o alistamento, fizeram-no "ex officio". A lei permitia que o alistamento também fosse feito a requerimento do interessado, mas o tempo era curto demais para se esperar pela iniciativa dos eleitores. Assim, todas as repartições públicas no Estado, fossem elas municipais, estaduais ou federais, foram obrigadas a remeter ao Tribunal Eleitoral as relações dos funcionários alfabetizados, para serem cadastrados como eleitores. O Tribunal examinava aquelas relações e qualificava os cidadãos. Os servidores preenchiam os títulos e os Juízes das três Zonas Eleitorais da Capital (26.ª, 27.ª e 28.ª) assinavam os documentos. Na década de 50, quando o Presidente Juscelino Kubitschek exigiu um amplo alistamento eleitoral, o TREMG transformou ônibus em cartórios volantes, que percorriam toda a cidade. O controle dos eleitores era feito mediante a ficha Modelo-6, que vigorou até 1986, ocasião em que a Justiça Eleitoral iniciou seu processo de informatização.

Até as primeiras eleições proporcionais e majoritárias após o período ditatorial, em 2.12.45, os dias foram confusos, mas a ilimitada boa-vontade dos servidores conseguiu vencer as primeiras barreiras para a realização do pleito. Outras dificuldades, no entanto, viriam. A imensidão do território mineiro, aliada à precariedade das estradas e aos poucos e ineficazes meios de comunicação causou muitos problemas à equipe do TREMG. Além disso, a intensa chuva que caiu sobre o Estado naquele ano forçou funcionários e Juízes a superar seus próprios limites. Naquela época os telefones não funcionavam direito e os telegramas muitas vezes chegavam deturpados a seu destino. Em Porteirinha, Vale do Jequitinhonha, um Juiz Eleitoral reclamou, certa vez, que não entendera o conteúdo de um telegrama remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Descobriu-se depois, com perplexidade, que, antes de chegar àquele município, a mensagem passava por uma estação telegráfica no Estado da Bahia e, lá chegando, os funcionários dos Telégrafos, na tentativa de decifrar a linguagem jurídica, reescreviam a mensagem, deturpando-a quase que completamente.

As intempéries, naquela época, causavam inúmeros problemas e até serviam de motivo para que partidos pedissem a anulação das eleições. Nos primeiros anos, a Justiça Eleitoral em Minas contava com a ajuda da Força Aérea Brasileira para fazer com que os materiais chegassem às cidades mais distantes ou ilhadas pelas chuvas. Os fenômenos da natureza, porém, nunca intimidaram o TRE mineiro. Nas

eleições presidenciais de 1989, as primeiras após o hiato eleitoral do regime militar, o Governo Estadual cedeu avião e helicóptero para o recolhimento de boletins de urna em diversos municípios. Ontem, como hoje, os funcionários se desdobram para levar o direito de voto a cada canto do Estado.

No princípio, entretanto, os mesários não precisavam preocupar-se com as cédulas, uma vez que não havia modelo oficial para elas. Os eleitores compareciam aos locais de votação portando cédulas preenchidas com antecedência (o "voto marmita"), que, em verdade, podiam ser qualquer pedaço de papel dobrado em quatro partes, desde que coubesse nas sobrecartas oficiais, ou seja, nos envelopes entregues pelas Mesas aos eleitores.

Alguns anos depois, o Tribunal mudou de endereço, passando a funcionar, já em 1948, em duas sedes: na Avenida Paraná, n° 12, onde funcionavam alguns setores de apoio, e na Rua dos Tamoios, n° 341, no mesmo prédio onde, anos mais tarde, seria instalada a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Na época, o edifício pertencia à "Casa d'Italia", desapropriada, durante a Segunda Guerra, pelo Governo do Estado, em represália às ações de Benito Mussolini. Inicialmente, o TREMG ocupava todo o prédio, tendo realizado ali, em 1949, o primeiro concurso público da Justiça Eleitoral mineira. Posteriormente, no entanto, foi obrigado a dividir o espaço com os Deputados da primeira Assembléia Legislativa pós-Estado Novo. Além de confinados a um espaço bem menor, a situação dos funcionários do Tribunal passou a ser um pouco constrangedora: embaixo, a Justiça Eleitoral, representada pelo TREMG; no andar de cima, os Deputados, eleitos por meio dela. Essa situação durou 12 anos, até 1961, quando o Tribunal se transferiu para novas instalações, desta vez na Av. Augusto de Lima, n° 1.549, num prédio cedido pelo Colégio Militar.

Nesse local o TREMG funcionou até 1972, quando se mudou, definitivamente, para o prédio da Av. Prudente de Moraes - o Palácio Edmundo Lins -, inaugurado oficialmente no dia 20 de junho daquele ano. O terreno próprio foi conseguido por seu Presidente, o Desembargador Antônio Pedro Braga (1959-1961) junto ao Prefeito Jorge Carone, mas, na época, a cessão foi cercada de controvérsias. Como a área se localizava em terreno pantanoso, a comissão construtora foi aconselhada por engenheiros do Governo Estadual a escolher outro local, a fim de se evitarem gastos vultosos com a construção do muro de arrimo. Em função dessa polêmica, o projeto de construção da nova sede teve seu andamento sobrestado durante algum tempo, até que outro Presidente do Tribunal, o Desembargador José Américo Macedo, determinou o início das obras, já no final da década de 60. A solução para drenar o excesso de água do terreno foi a instalação de uma bomba de sucção, que funcionava dia e noite, ininterruptamente.

Acompanhando a evolução dos tempos, a Justiça Eleitoral superou todos os obstáculos, acumulou vitórias e transformou o sistema eleitoral do País, promovendo a cada ano maior seriedade nas disputas partidárias. Seus servidores, exemplo de dedicação ao serviço público, muitas vezes arriscaram a própria vida para resolver conflitos eleitorais que envolviam grandes interesses políticos e econômicos. Como símbolo de dignidade e respeito humano, porém, fica a imagem de seus primeiros servidores, o ex-Diretor-Geral Raul Motta Moreira, que, durante o golpe militar de 1964, enquanto as tropas do Exército invadiam as ruas, recolhia da repartição todos os livros de registro de pessoal e outros documentos valiosos do Tribunal Regional Eleitoral e os levava para a própria casa, sob cujo telhado os escondia. Ele temia que, a exemplo de 1937, quando a ditadura de Getúlio Vargas extinguiu a Justiça Eleitoral, eliminando todos os registros dos servidores, atas e vários outros documentos jurídicos, os militares, que estavam prestes a destituir o então Presidente João Goulart, repetissem a tragédia. Felizmente, porém, esta não se repetiu.

É também com a intenção de que a história deste Tribunal não se perca no tempo que resolvemos editar o segundo número da sua "Revista de Doutrina e Jurisprudência". No ano em que comemoramos os 50 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil e em Minas, essa publicação representa um instrumento de resgate dessa história e importante contribuição para aqueles que lidam com o Direito Eleitoral, tão carente de fontes de pesquisa neste País.

Agradeço, em nome de todos os Presidentes que tiveram a honra de dirigir esta Corte, os cidadãos que, nesses 50 anos, fizeram a história do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Juizes, Procuradores, servidores, advogados e a própria sociedade mineira, todos temos do que nos orgulhar - e as páginas desta publicação são mais uma prova disso.

(*) Desembargador-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Nota: Dados históricos fornecidos pela Assessoria de Imprensa do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e extraídos da ata de reinstalação do mesmo Tribunal, de 14.6.45, de entrevistas com ex-funcionários e de jornais da época.